

Argentina aprova a nacionalização da previdência privada

NACIONALIZAÇÕES

O Parlamento argentino aprovou a nacionalização dos fundos de pensão privados, abrindo caminho para a transferência de cerca de 20 mil milhões euros para um sistema único de aposentações do Estado, apesar das críticas da oposição neoliberal e das preocupações dos meios económicos.

O texto, já aprovado pelos deputados em 7 de Novembro, foi adoptado em 21 de Novembro pelo Senado por 46 votos a favor 18 contra e uma abstenção.

Este projecto, justificado segundo o governo pela insegurança dos fundos privados, foi duramente criticado pela oposição e pelos empresários. "Esta medida vai provocar uma das crises mais profundas de nossa história", denunciou antes da votação Ricardo Murphy, ex-ministro da Economia e um dos líderes da oposição neoliberal. A reforma preocupa os meios económicos que temem que os fundos públicos de pensão preocupem mais o governo do que o crédito e o apoio às empresas.

Os dez fundos de pensão que o governo espera nacionalizar pertencem todos a bancos que administram investimentos de cerca de 20 mil milhões de euros. O governo rejeitou estas críticas, destacando principalmente que os fundos privados de pensão têm perdido dinheiro sendo indispensável que o governo garanta as aposentações.

A presidente argentina Cristina Kirchner já tinha afirmado aos seus pares reunidos na Cimeira do G-20, que a privatização dos fundos de pensão em 1994 foi responsável por 42 por cento da dívida externa e por uma boa parte da moratória desta dívida declarada em 2001.

O Estado argentino, para garantir o direito às pensões, vai ter de injectar verbas avultadas no sistema razão pela qual entende que deve ser nacionalizado.

AFP